



Artigo

As incertezas nas relações Brasil-Estados Unidos: o que esperar da Seção 301?

Lia Baker Valls Pereira

Faculdade de Economia/Uerj
e pesquisadora associada
FGV IBRE



Em novembro de 2025, o governo Trump divulgou a sua estratégia para a segurança nacional, em inglês, *National Security Strategy*. Uma das premissas citadas é que os Estados Unidos irão seguir um “realismo flexível” que se traduz na proposição de que “buscam boas relações sem buscarem impor valores democráticos ou outras mudanças sociais”. No entanto, a leitura do documento deixa claro que não se descarta pressionar os parceiros para que sejam assegurados os interesses dos Estados Unidos. Na parte referente ao Hemisfério Ocidental, o documento se refere ao corolário Trump da Doutrina Monroe de 1823. Esta última, ao proclamar “A América para os americanos”, tinha como objetivo deter a interferência das potências europeias

no continente. Na interpretação de Trump, é impedir que países, em especial os de fora do hemisfério, detenham recursos estratégicos e quaisquer outros ativos que ameacem a segurança dos Estados Unidos.

O documento cita a necessidade de garantir comércio equilibrado, acesso a materiais críticos para as cadeias de suprimento, garantir o domínio da infraestrutura energética e do setor financeiro. Afirma a importância dos parceiros na América privilegiarem bens, serviços e tecnologias dos Estados Unidos. Cita novamente que não está preocupado com ideologia, mas que usará todos os meios para dissuadir os países no continente a não privilegiarem outros parceiros, pois os Estados Unidos devem ser o principal parceiro.

O anúncio do término da investigação da Seção 301 sobre práticas brasileiras iniciada em julho de 2025 veio com a proposta pelo USTR (Representante de Comércio dos Estados Unidos, United States Trade Representative) de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, com exceções. Segundo o governo brasileiro, a nova tarifa atingiria cerca de 21% a 27% das exportações, mas outras estimativas variam de 35% a 45%. Inicia-se um período de negociação que termina em 15 de julho, quando o presidente Trump baterá o martelo se irá ou não seguir a proposta do USTR ou se irá propor outras sanções ou nenhuma. Qual a margem de negociação para o Brasil?

Algumas das justificativas para as tarifas devem permanecer no campo dos esclarecimentos, pois não são da competência do Executivo e/ou já existem mecanismos no campo institucional do Brasil para lidar com elas. Este é caso da questão do desmatamento, que inclusive foi reduzido nos últimos três anos; do tema da corrupção, em que existe legislação brasileira e as decisões do Judiciário são soberanas; das plataformas digitais, cuja regulação cabe ao Legislativo; e do tema da propriedade intelectual, que segue as normas negociadas na Organização Mundial do Comércio. Em todos esses ca-

sos, a negociação requer esclarecimentos e entender o que se pode oferecer sem comprometer as normas brasileiras. Em relação ao Pix, pagamento eletrônico, estudos mostram que não compete diretamente com cartões de crédito, que tendem a ser utilizados para compras de maior valor. No entanto, na investigação a justificativa parece estar associada a uma competição desleal com os cartões de bandeira americana.

A alegação de preferências comerciais com a Índia e o México necessitam ser esclarecidas, pois acordos de preferência fazem parte do comércio internacional. No caso da Índia, estão em vigor preferências que atingem cerca de 450 produtos. No caso do México, o acordo incorpora o setor automotivo, mas não há previsão de um amplo acordo de livre-comércio. Os Estados Unidos possuem acordos de livre-comércio com 20 países, segundo o USTR. No caso do etanol, alvo de queixa dos Estados Unidos, o governo brasileiro afirma que trata o etanol dos Estados Unidos igual ao de outros parceiros.

As práticas alegadas contra o Brasil não fazem parte do rol de temas que ameaçam a segurança nacional dos Estados Unidos, mas quando se interpreta que a “segurança nacional” requer que os Estados Unidos sejam o ator dominante em todas as esferas do

Enfrentar a política imprevísivel de Trump continua exigindo esforços dirigidos à diversificação de mercados. Negociar novos acordos continua como estratégia

comércio, finanças e tecnologias, entra-se numa seara incerta.

O Brasil deverá manter as negociações no campo do comércio, onde poderá avaliar fazer concessões tarifárias e medidas de facilitação de comércio. Nesse campo, será possível realizar negociações que beneficiem os setores exportadores de ambos os países e repercutam positivamente nos custos de produção e no preço das cestas dos consumidores.

Uma questão que sempre surge é como os setores brasileiros serão afetados. A tabela mostra a variação no valor exportado por setor de atividade entre janeiro a maio de 2025 e 2026. No início de abril de 2025, foi anunciada a tarifa adicional de 10% para o Brasil, além das tarifas já em vigor de 25% sobre produtos siderúrgicos, que depois passaram para 50%, em junho do mesmo ano.

Variação (%) entre janeiro-maio de 2025 e 2026 das exportações em valor

Todos negativos			
Descrição CNAE 2.0 *	EUA	Resto do mundo	Brasil
12 Fabricação de produtos do fumo	-33,9	-18,1	-19,7
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	-23,8	-12,8	-14,7
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-19,6	-2,8	-4,9
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-32,0	-9,7	-10,5
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-5,1	-1,4	-2,2
Todos positivos			
08 Extração de minerais não metálicos	6,5	25,0	23,8
26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos	17,5	7,2	10,4
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	9,9	18,1	16,1
30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	35,4	100,1	60,2
32 Fabricação de produtos diversos	2,8	14,1	10,7
Negativo para os EUA, positivo para o resto do mundo e o Brasil			
01 Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-37,8	9,1	7,3
02 Produção florestal	-33,0	10,8	6,5
06 Extração de petróleo e gás natural	-42,4	26,7	18,7
07 Extração de minerais metálicos	-22,6	15,5	14,9
10 Fabricação de produtos alimentícios	-18,2	9,7	6,9
11 Fabricação de bebidas	-52,2	4,6	2,6
13 Fabricação de produtos têxteis	-15,6	5,9	5,6
14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-10,8	8,4	5,4
1 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo	-14,0	18,0	12,4
20 Fabricação de produtos químicos	-25,4	6,1	1,0
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-6,7	6,6	5,1
24 Metalurgia	-11,1	24,3	14,0
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-7,4	15,6	9,9
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20,9	-2,5	5,3
Negativo para os EUA, positivo para o resto do mundo e negativo para o Brasil			
03 Pesca e aquicultura	-47,7	26,4	-37,4
16 Fabricação de produtos de madeira	-44,7	6,5	-17,2
23 Fabricação de produtos de minerais não metálicos	-29,4	1,4	-14,1
31 Fabricação de móveis	-41,4	6,8	-7,0

*Classificação do IBGE por setor de atividade. Fonte: Base de dados do Icomex. FGV IBRE.

Em agosto, passou a vigorar o adicional de 40%, com exceções para o setor de aeronáutica, alguns minerais, petróleo, mas em novembro foi anunciada uma lista de exceções que abarcava principalmente produtos agropecuários. No final de fevereiro de 2026, a Suprema Corte decretou o fim das tarifas de reciprocidade, mas em seguida Trump anunciou tarifas de 10% para todos os parceiros com base na Seção 122, sobre déficits elevados que põem em risco a balança de pagamentos. Logo, parte do período de 2026 coberto até maio foi alvo de diferentes regimes tributários.

Há diferença importante entre os dois períodos. No primeiro, o grau de incerteza e imprevisibilidade do governo Trump existia, mas não na mesma intensidade que passou a ocorrer a partir de meados de 2025. Essas incertezas reforçaram a procura por novos mercados, mesmo que tenha sido suspensa a tarifa de 40%.

Os resultados mostrados na tabela apontam comportamento similar a análises realizadas no Boletim do Icomex (ver, em especial, o de janeiro de 2026,¹ que trata do ano de 2025). Existem cinco setores com resultados positivos na variação para os Estados Unidos (EUA), resto do mundo (RM) e o total Brasil, e cinco todos negativos. No caso dos negativos, o recuo nos Estados Unidos supera o do RM, sendo liderado pela fabricação

de produtos de fumo. No caso dos positivos, apenas para a fabricação de equipamentos de informática, a variação dos EUA supera a do RM. O maior grupo, com 14 setores, registrou variação negativa para os Estados Unidos e positiva para o RM e o Brasil, o que sinaliza estratégias de diversificação de mercado. O último grupo com variação negativa nos EUA, positiva para o RM, mas negativa para o total Brasil mostra uma maior dependência do mercado dos Estados Unidos, como é o caso da pesca, produtos de madeira, móveis e produtos de minerais não metálicos.

Em termos de participação na pauta brasileira, o percentual dos Estados Unidos caiu de 12,2% para 9,4% entre os cinco primeiros meses dos anos de 2025 e 2026. O valor exportado para os Estados Unidos nessa mesma base de comparação recuou 16% e cresceu 8,7% para as exportações totais do Brasil. Em termos de volume, pela base do Icomex, caiu 18% para os Estados Unidos e cresceu 3,7% no total. No acumulado de 2025 até maio, as exportações para os Estados Unidos da indústria de transformação explicavam 17,4% das exportações totais do Brasil desse setor e, em 2026, 14,9%.

No período analisado, a participação da China passou de 27,8% para 31,1%, com aumento em valor de 21,8% na comparação do acumulado do ano até maio de 2025

e 2026. A China explicou principalmente as exportações brasileiras da agropecuária (49,3%) e da extrativa (56%) nos cinco primeiros meses de 2026. Observa-se, porém, que a participação das exportações chinesas na indústria de transformação passou de 8,5% para 9,2% entre 2025 e 2026 (acumulado do ano até maio).

A participação das exportações dos Estados Unidos na indústria de transformação caiu 2,5 pontos de porcentagem, e da China aumentou 0,7 ponto. A perda dos Estados Unidos foi compensada, portanto, por outros mercados além da China. Enfrentar a política imprevisível de Trump continua exigindo esforços dirigidos à diversificação de mercados. Negociar novos acordos continua como estratégia.

O “realismo flexível” de Trump já foi demonstrado na Venezuela, onde o tema da energia, dominante em termos dos ativos de petróleo, ficou claro. No caso brasileiro, o campo do comércio de mercadorias, serviços e investimentos abre um amplo leque de negociações em que é possível atuar respeitando o campo institucional e jurídico de cada país. Nesse caso, o que se espera é que o “realismo flexível”, passe a flexibilizar interpretações ideológicas sobre o cenário jurídico institucional do Brasil. ■

¹ Icomex jan/26: <https://go.fgv.br/mj58BI2Vbkb>